

- **CLASSIFICAÇÃO DE RISCO (Setor de Triagem).**

A triagem de enfermagem é **exclusivamente de competência do Enfermeiro**, conforme previsto pela **Lei nº 7.498/86**, que regulamenta o exercício da profissão de enfermagem no Brasil. O enfermeiro é o profissional capacitado para realizar a triagem, utilizando seu conhecimento técnico e habilidades clínicas para avaliar os sinais e sintomas apresentados pelo paciente e determinar a urgência do atendimento.

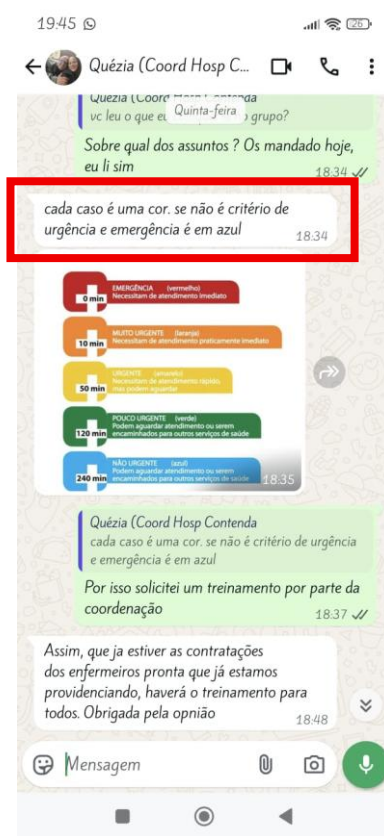
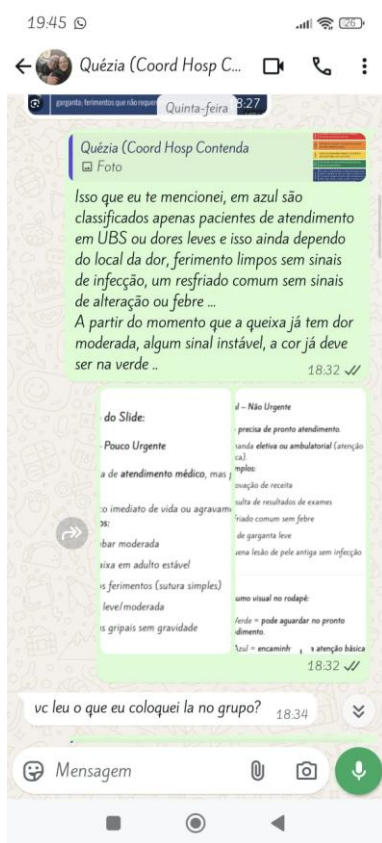
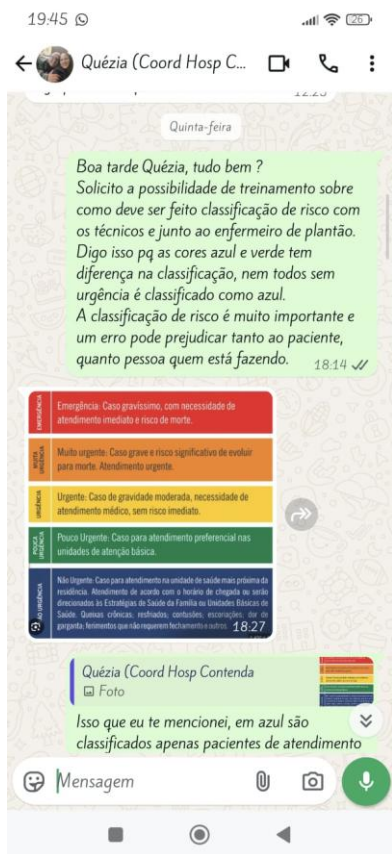
Resolução COFEN N° 423/2012 – Revogada pela resolução COFEN N ° 661/2021

Art. 1º No âmbito da equipe de Enfermagem, a classificação de risco e priorização da assistência em Serviços de Urgência é PRIVATIVA do Enfermeiro, observadas as disposições legais da profissão.

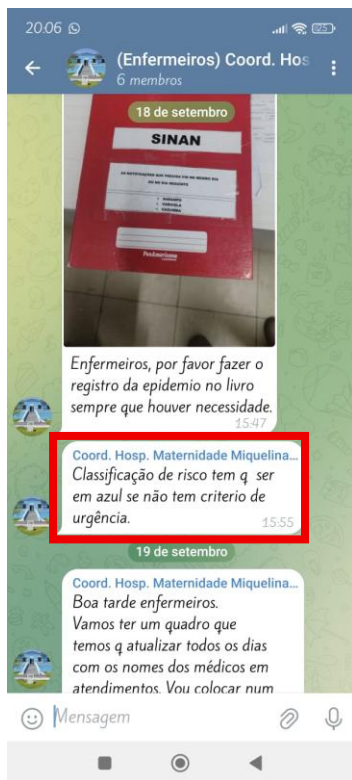
Resolução COFEN nº 423/2012:

"A classificação de risco em serviços de urgência e emergência é uma atividade **privativa do enfermeiro**, com base em protocolos previamente aprovados pela instituição." A triagem de enfermagem **não pode ser realizada por técnico de enfermagem**.

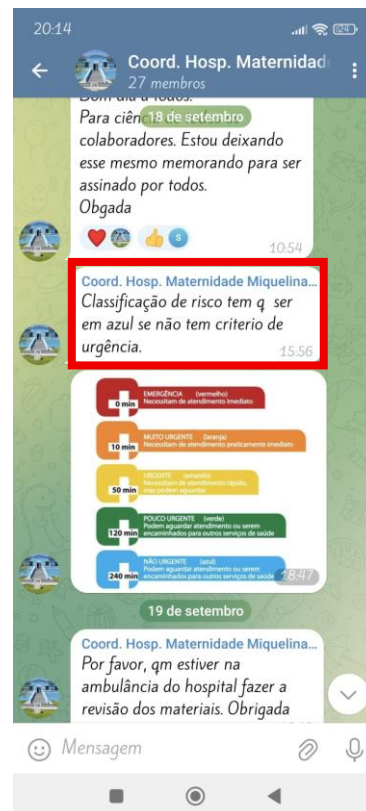
Conversa com a Coordenação de Enfermagem -



Grupo aonde todos os Enfermeiros tem acesso.



Grupo com toda equipe de Enfermagem (Técnicos de Enfermagem).



MEMORANDO CIRCULAR

HOSPITAL MUNICIPAL
DE CONTENDA
MIQUELINA FRANCO E ELISA PADILHA



Contenda - PR, 17 de setembro de 2025

MEMORANDO CIRCULAR Nº 05/2025

Assunto: Restrição de circulação de pessoas não autorizadas no hospital

É expressamente proibida a circulação, em qualquer área do hospital, de pessoas que não sejam colaboradores do Instituto Patris ou representantes da fiscalização da Secretaria Municipal de Saúde, salvo quando acompanhados por um gestor do hospital.

As dependências hospitalares são áreas de uso restrito, destinadas exclusivamente a:

- Profissionais colaboradores do Instituto Patris, no exercício de suas funções;
- Pacientes em atendimento e internação;
- Acompanhantes devidamente autorizados, que deverão permanecer apenas nos locais indicados pela equipe assistencial, sempre sob orientação desta.

Essa determinação se fundamenta em:

- Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde) – que assegura a responsabilidade pela segurança, qualidade e organização dos serviços de saúde;
- RDC ANVISA nº 50/2002 e RDC ANVISA nº 63/2011 – que dispõem sobre requisitos de funcionamento e normas de segurança em estabelecimentos de saúde, garantindo áreas controladas e restritas ao público externo;
- Normas de Biossegurança (Portaria GM/MS nº 2.616/1998 e correlatas), que determinam medidas de prevenção contra riscos físicos, químicos e biológicos;
- Código Civil Brasileiro (art. 932 e seguintes) – que responsabiliza a instituição por falhas de vigilância e omissão em garantir a integridade de terceiros em suas dependências.

O descumprimento desta orientação poderá acarretar responsabilização administrativa, civil e penal, tanto da pessoa que infringir a norma quanto de quem permitir a entrada ou permanência irregular.

Solicitamos, portanto, rigor absoluto no cumprimento desta medida, a fim de assegurar a integridade dos pacientes, a proteção das equipes e o adequado funcionamento da instituição.

YGOR LIMEIRA BORTOTTI
GERENTE ADMINISTRATIVO
CRA/PR: 03-01728

QUÉZIA DA SILVA BARBOSA GOTENSKI
COORDENADORA ASSISTENCIAL - RT
COREN/PR: 686.440 - ENF

Rua Desembargador Lauro Lopes, 346 - Centro, Contenda - PR, 83730-000

Lembrando que toda a equipe multiprofissional que compõem o Hospital Municipal de Contenda são Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Enfermagem.

As atribuições da Enfermagem Conforme a Resolução COFEN nº 564/2017 (Código de Ética de Enfermagem), a Lei nº 7.498/1986 (Lei do Exercício Profissional da Enfermagem).

A responsabilidade formal pelo controle de entrada e saída na Unidade de saúde não deve ser atribuída à equipe de enfermagem, cabendo à administração da unidade adotar mecanismos adequados de controle de acesso. A enfermagem deve se manter dedicada às atividades assistenciais, preservando a segurança do paciente, não atribuindo tarefas por desvio de função ou sobrecarga.

✅ Situação Apresentada:

- Sou a **única enfermeira do plantão**.
- Sou responsável pela **emergência e classificação de risco**.
- A **coordenação de enfermagem alega abandono de posto**, por não assistir **pacientes de baixo risco**.

⚖️ O que diz a legislação e as normas?

1. Triagem e emergência são atividades privativas do enfermeiro

De acordo com a **Lei nº 7.498/1986** e **Resoluções COFEN** (como a nº 423/2012 e nº 564/2017):

- A **classificação de risco** e a **assistência em casos graves e de urgência** são **atividades que exigem conhecimento técnico-científico, julgamento clínico e tomada de decisão imediata**.
- Ou seja, são **obrigatoriamente executadas pelo enfermeiro**.

2. Paciente de baixo risco pode ser assistido por técnico de enfermagem, sob supervisão do enfermeiro.

A Lei também prevê que **técnicos de enfermagem podem prestar assistência a pacientes estáveis, desde que supervisionados pelo enfermeiro**. Essa **supervisão não precisa ser presencial contínua**, especialmente quando há **escassez de recursos humanos**.

✳️ Resposta:

- Não houve **abandono do posto de enfermagem**.
- Estava cumprindo atividades **exclusivas do enfermeiro**, essenciais à **segurança do paciente e funcionamento do serviço de emergência**.
- A assistência a pacientes de **baixo risco** pode — e deve — ser **executada por técnicos**, sob sua **supervisão indireta**, especialmente quando você está **sozinha na unidade**.
- A **instituição é responsável** por dimensionar corretamente a equipe de enfermagem. Não é minha responsabilidade estar em dois lugares ao mesmo tempo.